



**Projeto de Lei nº _____, de 2023
(Do Sr. Rodrigo Valadares)**

**DECLARA ROBERTO DE OLIVEIRA
CAMPOS PATRONO DA ECONOMIA
BRASILEIRA.**

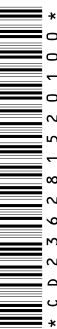
Art. 1º O doutor em economia Roberto de Oliveira Campos fica declarado Patrono da Economia Brasileira.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Roberto de Oliveira Campos nasceu na cidade de Cuiabá, no estado do Mato Grosso no dia 17 de abril de 1917, filho do professor Waldomiro de Oliveira Campos e da dona de casa Honorina de Oliveira Campos. Aos seis anos de idade, fica órfão de pai. Seguindo os desejos de sua mãe, mudou-se para a cidade de Guaxupé, em Minas Gerais onde foi estudar Teologia e Filosofia em um Seminário Católico, deixando a vida monástica no ano de 1937, as vésperas de sua ordenação como padre.

Após sair do seminário em Minas Gerais, foi morar na cidade de Batatais, em São Paulo, onde começou a lecionar grego e latim no Colégio São José. Na cidade paulista, conhece a sua futura esposa, Maria Estela Tambellini de Oliveira Campos. No ano de 1939, Campos presta concurso público para a Academia Rio Branco, é aprovado e começa a trabalhar no Itamaraty.





No ano de 1942, torna-se adido comercial da embaixada brasileira em Washington, Estados Unidos. No ano de 1944, Campos integrou a delegação do Brasil na Conferência Franco Monetária da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Bretton Woods (EUA). Os acordos então estabelecidos deram origem ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

No ano de 1945, se tornou mestre em Economia pela Universidade George Washington e quatro anos depois, se torna doutor em Economia pela Universidade de Columbia, onde teve contato com a obra do economista anglo austríaco Fridrerich August von Hayek (1889 – 1992), prêmio Nobel de Economia no ano de 1974.

Transferido em 1947 para integrar-se à representação do Brasil na Organização das Nações Unidas, conciliária a vida de diplomata com a de estudante. E no ano de 1949, depois de concluir seu doutorado, retorna ao Brasil, onde trabalha como Chanceler do Ministério das Relações Exteriores do governo Eurico Gaspar Dutra (1883 – 1974). Entre os anos de 1951 e 1953, já no governo de Getúlio Vargas (1882-1954), foi conselheiro econômico da Gestão de Desenvolvimento Econômico Brasil-Estados Unidos, participa do anteprojeto governamental para a criação da Petrobras e se torna presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, posteriormente BNDES).

Rompe com Getúlio Vargas em abril de 1953 e em setembro do mesmo ano, é designado Cônsul do Brasil em Los Angeles (EUA). No ano de 1955, é convidado pelo presidente Café Filho (1899 – 1970) para ser diretor-superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Antes da posse do presidente Juscelino Kubitschek (1902 – 1976) dirigiu uma equipe de técnicos que ficou responsável pela formulação de políticas que pudessem nortear o desenvolvimento econômico, que formularia o conhecido “Plano de Metas” do governo JK.

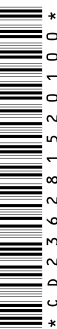




Em junho de 1958, Campos se torna novamente presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. O plano de estabilização monetária e a reforma cambial proposto no início do governo Kubitschek não haviam sido aprovados. O governo optava por uma política de intensa industrialização, que em vários aspectos era responsável pelos problemas financeiros. Diante do agravamento das dificuldades e da pressão exercida pelos credores externos, o governo decidiu implementar uma política antiinflacionária, anunciando em outubro de 1958 o Plano de Estabilização Monetária, elaborado por Roberto Campos e a convite de Mario Henrique Simonsen (1935 – 1997), se torna professor da Fundação Getúlio Vargas, onde participa da fundação do IBRE (Instituto Brasileiro de Economia) da instituição.

Após a posse de Jânio Quadros na presidência da República em janeiro de 1961, foi convidado a assumir a embaixada do Brasil na República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), porém recusa o convite. Em agosto do mesmo ano foi nomeado por Jânio embaixador do Brasil nos Estados Unidos, não chegando a assumir em virtude da renúncia do presidente, que provocou uma séria crise política, resultando na Campanha da Legalidade. Entretanto, o vice- presidente João Goulart acabou tomando posse e decidiu manter a nomeação de Campos como embaixador extraordinário e plenipotenciário em Washington, cargo que chefiou até agosto de 1963, quando pediu demissão, revelando sua discordância com o governo Goulart. E no mesmo ano, publica o livro “Economia, Planejamento e Nacionalismo”.

A polarização política nacional acabou levando Campos a apoiar movimentos que pediam a saída de João Goulart, que acontece após a tomada do poder por forças militares em março de 1964, que depôs o presidente Goulart. Roberto Campos assumiu, em 14 de maio deste ano, o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, a convite do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1897 – 1967). Em 1964, publica mais dois livros: “Ensaio de história econômica e sociologia” e “A moeda, o governo e o tempo”.





Em 1965, publica o livro “Política econômica e mitos políticos”.

Durante o Governo Castello Branco, Roberto Campos participou do grupo que criou o Banco Nacional de Habitação, o salário-educação, o Instituto Nacional do Cinema, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Banco Central do Brasil, o Estatuto da Terra, o Código Tributário Nacional e a Caderneta de Poupança. Como ministro, foi o autor dos artigos ligados à área econômica da Constituição de 1967, criando dispositivos que proibiam o Congresso Nacional fizesse emendas ao orçamento que aumentassem os gastos públicos da União e ajudou a conter a inflação no Brasil na época, com medidas de corte de gastos administrativos do governo.

Entre 1967 e 1971, publicou os seguintes livros: “A técnica e o riso”, “Reflections on Latin American Development – University of Texas Press”, “Do outro lado da cerca” “Ensaio contra a maré”, “Temas e sistemas” e “Função da empresa privada”.

Após o período como ministro, foi presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção entre 1968 e 1970. E em 1974, se torna Embaixador do Brasil no Reino Unido e professor convidado na Universidade de York, onde foi orientador de doutorado do ex-presidente português Aníbal Cavaco Silva. Também em 1974 publica mais uma obra, “A nova economia brasileira”.

Em 1976, publicou mais uma obra: “O mundo que vejo e não desejo”.

Em 1980, Campos decide entrar na vida política e se filia ao Partido Democrático Social (PDS, atual PP). E no ano de 1982, Roberto Campos se elege senador pelo estado onde nasceu, Mato Grosso. Vice-líder do PDS de 1985 a 1986 participou da discussão sobre a convocação de uma assembleia nacional constituinte como fecho do processo de redemocratização. Com a volta do Congresso às atividades ordinárias, elegeu-se líder da bancada do PDS, composta apenas por ele e pelo senador Jarbas Passarinho (PDS – PA),





e presidiu, no biênio 1989-1990, a Comissão de Fiscalização e Controle, do Senado, integrando ainda a Comissão Mista (Câmara e Senado) de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Publicou em 1985 o livro “Além do cotidiano”.

Entre 1987 e 1991 publicou mais livros: “Ensaio Imprudentes”, “Guia para os perplexos”, “O século esquisito” e “Reflexões do crepúsculo”.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, Campos faz severas críticas a falta de informações sobre a origem dos recursos para se conceder todos os direitos garantidos na Carta Magna, que seriam revistos apenas no governo Fernando Henrique Cardoso. E no ano de 1990, Roberto Campos se elege deputado federal pelo Rio de Janeiro pelo próprio PDS, estado onde construiu sua vida pública e acadêmica. No ano de 1992, foi o primeiro deputado a votar pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

Reelege-se deputado federal em 1994 pelo PPR (Partido Progressista Reformador, atual PP), apoiando a candidatura a presidência de Espiridião Amin e no mesmo ano, publica seu livro de memórias “A Lanterna na popa”. Em 1997, publica mais uma obra, “Antologia do bom senso”. E em 1998, Campos concorre ao senado pelo Rio de Janeiro pelo PPB (Partido Progressista Brasileiro, atual PP), e perde em uma disputa apertada para Roberto Saturnino Braga (PSB), em uma diferença de 5% dos votos. Em sua despedida do Congresso, se disse frustrado com a “mesmice” da política brasileira e incapacidade do País em promover o desenvolvimento sustentado. Após a derrota eleitoral, Campos se aposenta da política e começa a se dedicar novamente a vida acadêmica, publicando a coletânea de artigos “Na Virada do Milênio” no ano de 1998.

No mesmo ano de 1999, Roberto Campos se torna imortal da Academia Brasileira de Letras ocupando a cadeira de número 21, em substituição ao escritor e dramaturgo Dias Gomes (1922 – 1999).





Em 9 de outubro de 2001, Campos é vítima de um infarto e vem a falecer na cidade do Rio de Janeiro, deixando esposa e três filhos. Roberto Campos deixou um legado tanto na área acadêmica, tanto na área diplomática e também na área política, sendo admirado mesmo por muitos de seus opositores pela sua inteligência e erudição.

Uma das formas de fazer justiça com a história e dedicação dos profissionais de diversas áreas é homenageando-os através de dar honra ao legado que possa expressar o trabalho de sua vida, entendendo que a história de Roberto de Oliveira Campos merece esse reconhecimento, apresento este projeto para submissão dos nobres pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado RODRIGO VALADARES
(UNIÃO/SE)

